

# O GOLPE DO GOLPE: A ASCENSÃO DO REVISIONISMO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

THE COUP OF THE COUP: THE RISE OF REVISIONISM OF THE BRAZILIAN MILITARY  
DICTATORSHIP

Sergio Schargel<sup>1</sup>

SCHARGEL, S. O golpe do golpe: a ascensão do revisionismo da ditadura militar brasileira. **Akrópolis**, Umuarama, v. 28, n. 2, p. 155-164, jul./dez. 2020.

DOI: 10.25110/akropolis.v28i2.7974

**RESUMO:** Nas eleições de 2018, pela primeira vez desde a redemocratização brasileira, um candidato assumidamente revisionista foi eleito presidente. Este artigo se propõe a discutir a ascensão do revisionismo no Brasil, fruto do ressurgimento do ur-fascismo e da fragilização democrática mundial, da impunidade dos perpetradores com a Lei da Anistia e da conseqüente fragilização da história. Serão debatidas a oposição entre memória individual, memória coletiva e história, utilizando ideias de pensadores como Sarlo, Pollak, Vidal-Naquet e Halbwachs, com a intenção de ilustrar como uma história frágil é em parte responsável pelo crescimento de um movimento que a questiona e a mutila.

**PALAVRAS-CHAVE:** Revisionismo; Ditadura militar; Memória.

<sup>1</sup>Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade (PPGLCC/PUC-Rio) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP/UNIRIO). sergioschargel\_maia@hotmail.com

**ABSTRACT:** During the 2018 Brazilian elections, for the first time since Brazil's redemocratization, a candidate who is openly revisionist was elected president. This article proposes a discussion on the rise of revisionism within the country as consequence of ur-fascism and the fragilization of global democracy, of the impunity of perpetrators with the Amnesty Law and the consequent mutilation of history. It will discuss the opposition between individual memory, collective memory and history using ideas from thinkers such as Sarlo, Pollak, Vidal-Naquet, and Halbwachs, with the intent to illustrate how a fragile history is in part responsible for the rise of a movement that question and mutilates it.

**KEYWORDS:** Revisionism; Military dictatorship; Memory.

Recebido em fevereiro de 2020  
Aceito em abril de 2020

## 1 INTRODUÇÃO

Arelado à ascensão do ur-fascismo<sup>2</sup> nos anos recentes, um movimento revisionista ascendeu no Brasil: uma via que enxerga a ditadura militar brasileira não como uma ditadura, mas como uma espécie de contrarrevolução (HORTA, 2018). Uma “ditadura para evitar uma ditadura” (DE BOLLE, 2019). O discurso de tratar o golpe de 64 como uma revolução perdurou durante todo o regime, como pode ser visto em documentos oficiais (BRASIL, 1983), e, embora nunca tenha desaparecido completamente, cresceu nos últimos anos após a crise política levar milhares de pessoas às ruas pedir, entre outras coisas, uma intervenção militar no contexto federal (COELHO, 2015).

A *Comissão da Verdade*, tardiamente instalada no Brasil (COMPARATO, 2012, p. 147), chegou à conclusão que ao menos 434 pessoas foram mortas ou desaparecidas, além de inúmeros torturados (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014). Ainda assim, mesmo com esse veredicto, o movimento revisionista ganhou potência ao ponto em que até o presidente democraticamente eleito manifestou seu desejo em comemorar o aniversário do golpe (SOARES; MAIA, 2019); o ex-ministro da educação afirmou que os livros didáticos seriam alterados para referir-se a 01 de abril de 1964 como uma revolução (O ESTADO DE S.PAULO, 2019); e uma tradicional escola do Rio de Janeiro retirou de sua bibliografia um livro sobre a ditadura por

considerá-lo “esquerdista demais” (MOLICA, 2018); para listar apenas alguns atos recentes e significativos. Mas, por quê? O que injetou tanta força no revisionismo e na tentativa de reescrever o passado?

Há uma série de razões e não será possível se aprofundar em todas em um artigo. Mas, mesmo sob o risco da superficialidade, é válido destacar alguns dos motivos para esse movimento revisionista e abordar um em específico: a oposição entre memória individual, memória coletiva e história, e suas consequências. Algumas das razões da ascensão revisionista são mais pragmáticas, dos quais vale destacar a Lei da Anistia, de 1979, com a impunidade que deu aos perpetradores (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 85). O revisionismo é um movimento de releitura distorcida, responsável por chacinar a história (VIDAL-NAQUET, 1987, p. 10). Não à toa, a obra de Vidal-Naquet sobre o revisionismo do Holocausto, é intitulada *Assassinos da história*.

Na questão estrutural, é importante evidenciar que o negacionismo e revisionismo são pautas comuns aos movimentos ur-fascistas que cresceram internacionalmente na última década, não sendo exclusividade do Brasil (STANLEY, 2018, p. 20). Na verdade são pilares do ur-fascismo, junto do ódio ao diferente (STANLEY, 2018, p. 14), do conspiracionismo (STANLEY, 2018, p. 16) e de outras características; muitas vezes com todas essas questões amalgamadas em um grande discurso de ódio. O parlamento Polonês criou uma lei que concede até três anos de reclusão para quem apontar o documentado colaboracionismo do país na Segunda Guerra (DW, 2018); Donald Trump nega o aquecimento global (MONGE, 2018); Jair Bolsonaro e seus ministros negam que tenha existido uma ditadura no Brasil (DE BOLLE, 2019). Tudo o que é desagradável ao ur-fascismo, especialmente se afetar o suposto passado mítico e heroico que esses governos idolatram, é rotulado de notícia falsa, de conspiração: “Líderes fascistas apelam à história para substituir o verdadeiro registro histórico por uma gloriosa substituição mítica que, em suas especificidades, pode servir a fins políticos e ao objetivo final de substituir os fatos pelo poder” (STANLEY, 2018, p. 34).

Listar algumas das atitudes negacionistas ou revisionistas de alguns dos principais líderes mundiais evidencia que o processo mundial

<sup>2</sup>Em *O fascismo eterno*, Umberto Eco cria o conceito de ur-fascismo: o fascismo infinito, que se retrabalha, se reconstrói, sempre paradoxalmente diferente e parecido no sentido de que, apesar de suas diferenças em relação ao fascismo original, possui diversos traços em comum e pode continuar a ser entendido dessa forma: “adapta-se a tudo porque é possível eliminar de um regime fascista um ou mais aspectos e ele continuará sempre a ser reconhecido como fascista” (ECO, 2018, p.43). Outros autores trabalharam posteriormente a mesma ideia, como Rob Riemen, Madeleine Albright, Jason Stanley, Zeev Sternhell, entre outros. Diversos outros termos para denominar os governos autocráticos atuais seriam aplicáveis e foram considerados, como populismo, trabalhado por cientistas políticos como Robert Muggah e Yascha Mounk; autoritarismo; o neologismo democratura; e a própria ideia de autocracia. Optei, porém, pela utilização do conceito de ur-fascismo porque não apenas o considero mais adequado para definir esses governos, já que elucida o caráter adaptativo deste sistema e metodologia de poder; mas também por ser o que tenho mais familiaridade e conhecimento, dado que é tema da minha pesquisa de dissertação. Seria necessário um espaço maior para que fosse possível se aprofundar no conceito, mas, para efeito de praticidade, é importante considerar que o ur-fascismo é basicamente uma atualização cíclica do fascismo, adquirindo novos aspectos, como o recente viés neoliberal no Brasil, mas que ainda pode ser compreendido como fascismo por manter alguns de seus pilares fundamentais: “o bacilo fascista estará sempre presente no corpo da democracia de massas” (RIEMEN, 2012).

de fragilização democrática, representado na imagem abaixo da instituição *Freedom House*, cresce em simultâneo a esses movimentos. A saúde democrática global está em declínio pelo décimo terceiro ano seguido em todo o planeta (WOLF, 2019) e essa recessão da democracia é autofágica: se alimenta e é alimentada ciclicamente pelos movimentos revisionistas.

Saindo do revisionismo como questão estruturante do ur-fascismo e voltando às idiosincrasias do revisionismo brasileiro, a Anistia de 1979 trouxe um sentimento ambíguo para o Brasil, sendo considerada por muitos dos próprios anistiados civis como uma grande derrota (CASTRO, 2011). De fato, a lei foi em grande parte responsável pela impunidade concedida aos perpetradores (CASTRO, 2011). A autoanistia praticada pelos militares e a demora na instauração de uma Comissão da Verdade permitiram que a ditadura fosse vista, em comparação com as demais ditaduras latino-americanas, como uma “ditabranda”, nas palavras da Folha de S.Paulo (FOLHA DE S.PAULO, 2009)<sup>3</sup>. A ausência de punição, e mesmo a homenagem a militares em monumentos, documentos e datas<sup>4</sup>, contribuíram para a ausência da formação de uma memória coletiva que reforçasse os horrores do regime.

E finalmente: como a memória pode ‘lançar raízes’ em um país como o Brasil que reconhecidamente ‘não tem justiça’, onde não se incriminam os assassinos, onde os crimes são abandonados na ‘lata de lixo da história’? Os torturadores continuam impunes graças à anistia que apenas oficializou, nesse caso, a cumplicidade do sistema judiciário. Como alguns deles declararam em uma reportagem na revista *Veja* (número 49, 9 de dezembro de 1998), eles não apenas preferem esquecer esse passado, apagá-lo da memória e da história, como também alguns se orgulham de ter torturado com técnicas que não deixavam marcas nos corpos

<sup>3</sup>A ideia de “ditabranda” não foi criada pela Folha e é utilizada, obviamente, por revisionistas, mas não apenas. Mesmo algumas pessoas que acreditam nos fatos em relação aos horrores da ditadura a utilizam para comparar a brasileira com as demais ditaduras latino-americanas, que tiveram um número muito maior em quantidade de mortos. A grande problemática disso é tratar o sofrimento de forma quantitativa, como se uma ditadura fosse menor porque morreram menos pessoas, ignorando os inúmeros outros prejuízos humanos como tortura, exílio, censura, etc.

<sup>4</sup>Vale citar ao menos a Ponte Presidente Costa e Silva, ou Ponte Rio-Niterói.

das vítimas. O que eles não deixaram escrito no corpo dessas pessoas foi, no entanto, escrito a ferro e fogo na carne da sociedade. As cicatrizes e feridas deixadas expostas na América Latina são as marcas de um trauma. Esses traços podem ser lidos por nós se não nos deixarmos ofuscar pelos holofotes brilhantes de uma sociedade toda ‘fascinada’ pela mídia. Afinal, como Paul Celan bem o sabia: ‘ninguém nos corta a palavra da parede-do-coração’”. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 85).

Essa impunidade criou uma disputa pelo direito da “memória oficial”, um dissenso, um embate narrativo que é, no contexto brasileiro, uma das principais razões da ascensão do revisionismo (PASSOS, 2019, p. 223).

A grande ruptura, em grande parte responsável pelo crescimento não somente do revisionismo e negacionismo, mas do próprio ur-fascismo, foi a crise política, econômica e social que se instalou no Brasil após uma década de crescimento econômico (PASSOS, 2019, p. 107). O *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* lançou em 2017 uma publicação em que discute a relação entre o crescimento epidêmico da violência - que naquele ano atingiu um nível recorde - com o crescimento do discurso autoritário no país. A pesquisa evidencia por meio de dados o que já era perceptível empiricamente: o crescimento acelerado da violência possui, como efeito direto, a ascensão do discurso autoritário e a fragilização da democracia (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017). Destarte, se na prosperidade o apoio ao autoritarismo e o discurso de ódio diminuem, em crises eles tendem a aumentar (KARNAL, 2017, p. 25). E com o apoio ao discurso autoritário, aliado à ausência de uma memória nacional consolidada sobre a ditadura, inevitavelmente o revisionismo ascende:

Observou-se a existência numa sociedade de memórias coletivas tão numerosas quanto as unidades que compõem a sociedade. Quando elas se integram bem na memória nacional dominante, sua coexistência não coloca problemas, ao contrário das memórias subterrâneas discutidas acima. Fora dos momentos de crise, estas últimas são difíceis de localizar e exigem que se recorra ao instrumento da história

oral. Indivíduos e certos grupos podem teimar em venerar justamente aquilo que os enquadramentos de uma memória coletiva em um nível mais global se esforçam por minimizar ou eliminar. Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais (POLLAK, 1989).

Para perceber a relação entre a deturpação da história e o apoio ao ur-fascismo no Brasil é necessário definir primeiro as oposições entre memória individual, coletiva e história; para daí, por fim, compreender porque a memória se sobrepõe a história no contexto brasileiro.

## 2 DISPUTAS NARRATIVAS DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA

Maurice Halbwachs (1990) define a memória como um fenômeno tanto privado quanto coletivo, não limitado apenas ao íntimo ou ao individual. Não há memória coletiva sem memória individual e vice-versa, elas se entrelaçam. Dando prosseguimento a esse raciocínio, sendo a memória uma peça fundamental da formação da identidade, a memória coletiva também é, logicamente, elemento chave da construção de uma narrativa de grupo, da identidade de um grupo e de aspectos culturais e sociais desse grupo. Michael Pollak define a memória como: “elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204).

Sendo coletiva e identitária, a memória também é, por conseguinte, maleável e mutável (POLLAK, 1992, p. 205). Ela não é estável

e perpétua: pode ser influenciada, de forma consciente ou não, e modelada. Influenciar na memória individual significa influenciar na memória coletiva e, desta forma, na própria construção da identidade social. Por isso, mutilar a memória é tão apazível ao ur-fascismo: é uma forma de se legitimar e de se perpetuar.

Beatriz Sarlo, contextualizando o papel da memória coletiva para um contexto específico, justamente o que interessa para este artigo, reflete sobre seu papel na América Latina pós-ditatorial e afirma: “a memória é um bem comum, um dever e uma necessidade jurídica, moral e política” (SARLO, 2007, p. 47). Sarlo, apesar de criticar a forma como a história toma o testemunho como unívoco, também reconhece o papel imprescindível da memória para a identificação e punição de perpetradores, e, conseqüentemente, a sua importância em auxiliar que tais crimes não ocorram novamente (SARLO, 2007, p. 47).

Segundo Sarlo (2007, p. 20), o campo da memória está sujeito a um conflito constante. Quando a memória de um evento pessoal se torna manifestação pública, passível de cooptação pelo jogo político, grupos disputam a narrativa desse evento. Por conta disso, não sendo a memória algo hermético, a narrativa que será feita dos fatos influenciará os fatos em si, a percepção que há destes. Assim, num cenário de contestação de narrativa, havendo forças antagônicas brigando pelo modo como determinada ocorrência será reproduzida no imaginário, o que se encontra, na verdade, é uma briga pela história e pela ocorrência em si e o que ela significará para a sociedade e como reverberará.

A memória é utilizada tanto como força motriz, quanto como elemento aglutinador e de assimilação. No campo político estas ações tomam maiores proporções, devida à própria característica deste nível, que tende a englobar os mais diversos setores da sociedade, sobretudo se for um uso político-estatal da memória. Estes variados usos da memória, em níveis políticos ou não, servem tanto para fins impositivos quanto reivindicativos, abrindo possibilidades para as mais diversas estratégias, podendo ser caracterizados –arbitrariamente ou não– como “altruístas” ou “nefastos”,

dependendo dos interlocutores, receptores e o teor de tais discursos, sendo utilizado, assim, como instrumento políticopartidário, inclusive (CALDEIRA NETO, 2009).

A história é construída por meio de fragmentos da memória, o que a impede de ser, por consequência, completamente objetiva (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 68). A objetividade completa é impossível (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 68). Sendo a história o trabalho de interpretação das memórias (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 68) e, tendo a memória um caráter subjetivo por sua própria natureza, a história também o é, por silogismo:

Corolário dessa proposição: não existe uma história neutra; nela a memória, enquanto uma categoria abertamente mais afetiva de relacionamento com o passado, intervém e determina em boa parte os seus caminhos[...]Vidal-Naquet adianta-se aos seus eventuais críticos e afirma logo nas primeiras páginas do livro: “Eu recuso evidentemente a ideia que um historiador judeu deveria se abster de tratar de certos temas”. O que isso quer dizer? Antes de mais nada que não existe sujeito desinteressado no seu tema. No campo da História e sobretudo da História que se debruça sobre o passado mais recente, seria inocente postular a existência de tal esfera de total objetividade. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 68)

Todavia, é importante ressaltar que, se a história não é completamente objetiva, ela não pode, jamais, ser completamente subjetiva. O completo subjetivismo e a relativização abrem espaço para o negacionismo e o revisionismo.

Se, por um lado, Benjamin (1987, p. 226) afirma que a história precisa “ser escovada a contra-pelo”, no sentido de valorizar vozes historicamente silenciadas, por outro Vidal-Naquet (1988, p. 33) afirma que a história não é sempre necessariamente feita por vencedores e que precisa de certos dogmas imutáveis para evitar esta absoluta relativização e suas consequências. Genocídios, por exemplo. Genocídios, seja o Holocausto, o genocídio armênio, ou qualquer outro, não devem ser questionados. Questioná-los é relativizá-los, relativizá-los é negá-los ou revisá-los. Questioná-

los é, portanto, um enorme golpe à memória e à dor das vítimas.

Assim, apesar da completa imparcialidade ser impossível, sua objetividade, mesmo que incompleta, não pode ser negada. Por mais que Benjamin defina que a história precisa ser vista a contrapelo, de forma circular, e não linear, a partir do presente, para dar voz aos silenciados (BENJAMIN, 1987, p. 226), não se pode definir que a história é necessariamente sempre feita pelos vencedores (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 75). Embora em grande parte das vezes ela seja realmente definida pelos que triunfaram, isso não é uma regra. É uma aporia antimaniqueísta: ao mesmo tempo em que é preciso questionar a história, para dar voz aos vencidos e silenciados, é impossível questioná-la completamente sob o risco de relativizá-la e dar voz ao absurdo.

### 3 AS OPOSIÇÕES ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA NO BRASIL

Com a base teórica dos conceitos de história e memória definidas, retornemos ao Brasil contemporâneo. Como já foi dito, a ausência de uma memória nacional oficial que culpasse o Estado pelos crimes ocorridos durante a ditadura, aliado à crise política e econômica no pós 2013, impulsiona o crescimento de um revisionismo no país, ao ponto que 2018 marcou a eleição de um presidente declaradamente revisionista.

Em resumo, o movimento revisionista da ditadura pode ser resumido com um silogismo supérfluo e falacioso: “Eu gosto do meu avô. Meu avô não sofreu repressão durante a ditadura. Logo, só sofreu repressão na ditadura quem era vagabundo e/ou comunista”. Apesar de uma óbvia simplificação, o pensamento revisionista majoritariamente, com óbvias idiosincrasias entre cada indivíduo, é este. Se uma família, por qualquer motivo, não tiver sofrido repressão na ditadura, sua memória coletiva, aliada à ausência da história e, principalmente, de repressão para com os perpetradores, implica que talvez a ditadura não tenha sido assim tão ruim. Da mesma forma, um indivíduo que não tenha sido perseguido poderá ter sua memória individual afetada, influenciando na memória coletiva de sua família. Karnal, falando sobre a oposição freudiana entre Eu, Id e Supereu, pode ser utilizado para vislumbrar a valorização da memória familiar:

Para Freud, não se trata de pensar no homem bom ou mau, mas que moralidade é formada a partir de experiências pessoais. Se tenho uma boa projeção com meu pai, que foi advogado e professor, se fui alimentado na infância pela ideia de fazer as coisas bem-feitas, isso me traz um benefício e vou criar a figura do profissional empenhado, pontual e cumpridor. Esse será o meu prazer. Todas as vezes que uma empresa diz que minha palestra foi boa, essa empresa está recuperando uma experiência infantil que meu pai, minha mãe e as irmãs Lorena e Anelina falavam para mim. É dessa forma que eu recupero uma dor - se tiver sido uma experiência traumática - ou um prazer, de tal forma que, dentro de mim, existem ainda figuras preceptoras que incorporei ao meu 'supereu' e continuam a dialogar comigo. Mesmo que algumas delas estejam hoje jazendo no fundo do solo como figuras físicas" (KARNAL, 2017, p.82).

Alexis de Tocqueville, em uma visita aos Estados Unidos, definiu um conceito que posteriormente ficou conhecido como "efeito de Tocqueville". Resumidamente, Tocqueville percebeu que conforme a qualidade de vida aumenta progressivamente em épocas de bonança econômica, como, por exemplo, o que aconteceu no Brasil entre 2003 e 2012; também cresce em proporção a capacidade de tolerância da sociedade em relação a diminuição do bem-estar social (TOCQUEVILLE, 2002, p. 749). Isto é, crises que sucedem grandes crescimentos econômicos tendem a ter um impacto maior (TOCQUEVILLE, 2002, p. 749). Tocqueville também percebeu que uma ruptura política em uma época de crise tenderia a evoluir para o autoritarismo e/ou despotismo (TOCQUEVILLE, 2002, p. 203).

É por isso que a crise é o catalisador do ur-fascismo, que por sua vez é o catalisador do revisionismo. É um efeito bola de neve. Uma das principais características do ur-fascismo é criar um inimigo que precisa ser perseguido, suscitar o discurso do "nós" contra "eles" (STANLEY, 2018, p.14). O ur-fascismo precisa de um inimigo para se legitimar, e não importa se ele realmente existe ou se é criado: é preciso um espantalho (MORAES, 2016, p. 90). Qualquer minoria pode

ser tomada como "eles", como os responsáveis pela suposta degenerescência e crise de um país. No caso do Brasil, alguns desses grupos são utilizados como os inimigos, mas em geral são todos englobados no suposto espantalho maior, o espectro onipotente que, a despeito de ter praticamente desaparecido no mundo todo, ainda é o grande inimigo imaginário combatido no país: o comunismo (LICHTERBECK, 2018). Nessa estigmatização não importa o posicionamento político: socialistas, social-democrata, liberal, todos viram comunistas. Personalidades e entidades como Francis Fukuyama (GONZO, 2018), a Embaixada da Alemanha (ROSSI, 2018), a revista *The Economist* (SÁ, 2018), entre vários outros, são chamados de comunistas. Até o nazismo é revisado e classificado como um movimento de esquerda (QUEIROGA, 2018).

Nesse cenário intensifica-se justamente a falha da formação de uma memória nacional firme e concisa acerca da ditadura e a consequente disputa entre diferentes grupos em colocar as diversas memórias de cada coletivo como a oficial. Como o estudo do *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* (2017) mostra, a crise da segurança pública, entre as várias outras crises, traz consigo o crescimento do discurso autoritário. "Naquela época era melhor, a violência era muito menor", dizem alguns revisionistas, ignorando a violência excessiva praticada pelo Leviatã no período ditatorial.

Part of what fascist politics does is get people to disassociate from reality. You get them to sign on to this fantasy version of reality, usually a nationalist narrative about the decline of the country and the need for a strong leader to return it to greatness, and from then on their anchor isn't the world around them — it's the leader[...]The thing is, people willingly adopt the mythical past. Fascists are always telling a story about a glorious past that's been lost, and they tap into this nostalgia. So when you fight back against fascism, you've got one hand tied behind your back, because the truth is messy and complex and the mythical story is always clear and compelling and entertaining. It's hard to undercut that with facts (ILLING, 2018).

#### 4 O PAPEL DOS EICHMANNS

O primeiro ensaio da obra *O revisionismo na história*, do teórico francês Vidal-Naquet (1988), chamado *Um Eichmann de papel*, chama os teóricos revisionistas e negacionistas do Holocausto de Eichmanns de papel, isto é, por perpetrarem um mal banal através de seus escritos. David Runciman (2018, p. 36), em seu recente livro *Como a democracia chega ao fim*, continua a discussão, demonstrando que a fragilização democrática depende justamente desses Eichmanns. Na conclusão deste artigo será debatido como os Eichmanns, isto é, o homem médio, comum, burocrata, em geral apolítico, contribui para legitimar e disseminar o discurso revisionista e ur-fascista, e seus papéis no extermínio da memória, através da nostalgia que sentem pelo passado mítico.

Os Eichmanns são indivíduos comuns. Podem ser carinhosos, educados, pacíficos, sociáveis, inteligentes e, ainda assim, manifestarem apoio político a um demagogo que defende tortura. Não que eles defendam tortura, mas acreditam que, em tempos de crise, é necessário um líder com pulso forte, uma personalidade autoritária, para levar a nação ao crescimento. Se todo ser-humano é individualista por natureza, os Eichmanns são o paroxismo do individualismo. Assim como Eichmann, eles são “cidadãos de bem” que relativizam, praticam, disseminam ou apoiam discursos de ódio, mas, quando questionados, afirmam que é somente liberdade de expressão, que estão apenas seguindo ordens e que, por si próprios, não cometem, cometeram ou cometerão nenhum ato de violência física e que, portanto, não são responsáveis se outros o fizerem.

tanto o movimento nazista da Alemanha quanto os movimentos comunistas da Europa depois de 1930 recrutaram os seus membros dentre essa massa de pessoas aparentemente indiferentes, que todos os outros partidos haviam abandonado por lhes parecerem demasiado apáticas ou estúpidas para lhes merecerem a atenção. A maioria dos seus membros, portanto, consistia de elementos que nunca antes haviam participado da política. Isto permitiu a introdução de métodos inteiramente novos de propaganda política e a indiferença aos argumentos da oposição:

os movimentos, até então colocados fora do sistema de partidos e rejeitados por ele, puderam moldar um grupo que nunca havia sido atingido por nenhum dos partidos tradicionais. Assim, sem necessidade e capacidade de refutar argumentos contrários, preferiram métodos que levavam à morte em vez da persuasão, que traziam terror em lugar de convicção. As discórdias ideológicas com outros partidos ser-lhes iam desvantajosas se eles competissem sinceramente com esses partidos; não o era, porém, porquanto lidavam com pessoas que tinham motivos para hostilizar igualmente a todos os partidos (RUNCIMAN, 2018, p.36)

Os Eichmanns são tão sugados durante crises, porque sentem a nostalgia de um passado mítico. São hipnotizados por um messias que se diz com poder de resgatar esse passado, que, assim como o messias, não passa de um mito. Em uma utopia regressiva, todas as falhas e defeitos desse passado são eliminados em prol de um fetiche pela tradição. Da mesma forma, o intelectualismo, a arte e a cultura oferecem perigo a esse grupo: “Pensar é uma forma de castração. Por isso, a cultura é suspeita na medida em que é identificada com atitudes críticas” (ECO, 2018, p. 48).

Um personagem bastante comum no Brasil dos anos recentes: o indivíduo que, por não ter sofrido repressão na ditadura, com os efeitos da crise passa a idealizar uma utopia regressiva. O ur-fascismo devora esse revisionismo no ambiente micro, na memória coletiva, para institucionalizá-lo. Em outras palavras: o revisionismo, para crescer, precisa ser apoiado pelo indivíduo comum, os nostálgicos de um passado idealizado incompatível com a realidade, os Eichmanns.

Os Eichmanns, pela utopia regressiva e pela ausência de uma história consolidada, relativizam a dor alheia em prol do saudosismo. O ur-fascismo precisa da passividade para sobreviver, motivo pelo qual possui uma relação intrínseca com as massas. É isto que Arendt mostra com a banalidade do mal: um indivíduo pode ser excelente nas relações com as outras pessoas de sua esfera privada e, ainda assim, disseminar um revisionismo que ajuda a legitimar a violência perpetrada por ditaduras: “Meia dúzia de psiquiatras haviam atestado a sua

‘normalidade’[...]enquanto outros consideraram seu perfil psicológico, sua atitude quanto a esposa e filhos, mãe e pai, irmãos, irmãs e amigos, ‘não apenas normal, mas inteiramente desejável’” (ARENDRT, 1999, p. 37). Toda nação é formada por inúmeros Eichmanns. São eles que formam a massa necessária para reforçar o revisionismo. Individualistas, os Eichmanns elevam sua voz em épocas de crise, sentem falta de um passado idealizado que poucas vezes condiz com a realidade:

Existem Eichmanns em todas as sociedades, inclusive a nossa. Em tempos normais, podem ocupar postos administrativos desimportantes, adequados à sua falta de imaginação. O que os torna tão perigosos é sua incapacidade de resistir a uma ideia realmente terrível. Os agentes da destruição não se destacam em meio ao resto da população. Já estão no meio de nós”. (Runciman, 2018, p. 92).

Assim, o ur-fascismo trabalha para revisar não apenas o passado, mas o próprio presente. Como sistema, ele devora a verdade para cuspir posteriormente uma versão modificada apenas com os fragmentos que lhes são úteis. Ele não necessariamente trata de uma mentira descarada, mas, muitas vezes, de omissões, pequenas alterações ou modificações no discurso, muito embora essas pequenas mudanças causem enormes impactos. O revisionismo pode estar presente em pequenas questões. O presidente do Brasil, por exemplo, a despeito de diversos dados comprovando que a queda da violência vem acontecendo há pelo menos 15 meses, portanto, muito antes dele assumir o governo, atribui o feito a sua responsabilidade (TAJRA, 2019). É uma alteração da verdade menor do que afirmar que o golpe de 64 foi uma revolução, mas ainda assim é uma forma de revisionismo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento do revisionismo não é exclusividade brasileiro, mas sim uma das consequências da ascensão mundial do ur-fascismo. Ainda assim, cada Estado é único e possui suas próprias peculiaridades; a comparação entre países, e mesmo entre ficção e realidade, é útil como metodologia para explicar as questões brasileiras, mas suas

idiosincrasias, como a Lei da Anistia, também precisam ser consideradas. No momento em que o revisionismo se torna institucionalizado no próprio governo, é necessário debater o que o fez ascender. Runciman, novamente, falando da ditadura militar grega, suscita questões simples, mas que são úteis para refutar alguns dos principais argumentos dos revisionistas acerca da ditadura ser uma contrarrevolução:

Os coronéis se aproveitaram das divisões políticas que, para eles próprios, justificavam que resolvessem as coisas com as próprias mãos. A democracia não vinha funcionando, e por isso precisava ser abolida. No entanto, esse é o problema ao justificar os golpes: a explicação nunca é totalmente convincente. Se a democracia era tão fraca e ineficaz, por que uma ação tão brutal para pôr-lhe fim? Por que todas as detenções, os tanques nas ruas, a música marcial? Do que os coronéis tinham medo, senão da própria democracia? (RUNCIMAN, 2018, p. 35).

No contexto brasileiro, porém, o revisionismo é catapultado não apenas por ser efeito do ur-fascismo, mas tanto mais pela impunidade dos perpetradores durante a ditadura e pela nostalgia decorrente das crises que o país enfrenta (política, econômica, social, etc.). Com o enfraquecimento da história, aliado a um movimento político que mitifica o passado, cresce um fetiche por uma época idealizada em que supostamente o mundo era melhor e mais pragmático (RUNCIMAN, 2018, p. 93). Sem essa nostalgia e sem a consequente relativização da história, o revisionismo não encontraria tanto espaço. Ele cresceu na impunidade, na fragilização e na crise que permitiu que fosse legitimado e disseminado.

## REFERÊNCIAS

ARENDRT, H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 272 p.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. **Relatório especial de informações número**

**13/83 - CIE.** Brasília: Serviço Nacional de Informações, 1983. 77 p.

CASTRO, F. (dir.). **Diário de uma busca.** Direção geral de Flávia Castro. Rio de Janeiro: Les Films du Poisson; Tambellini Filmes. 2011. 1 dvd (108 min.).

COELHO, H. Vítimas da ditadura mostram revolta com pedidos de intervenção militar. **G1**, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/vitimas-da-ditadura-mostram-revolta-com-pedidos-de-intervencao-militar.html>. Acesso em: 28 maio 2019.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**, 2014. Disponível em: [http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com\\_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_1_digital.pdf). Acesso em: 08 jun. 2019.

COMPARATO, B. K. Memória e silêncio: a espoliação das lembranças. **Lua Nova**, São Paulo, v. 92, 2014.

DE BOLLE, M. O golpe. **Revista Época**, 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/o-golpe-23556468>. Acesso em: 01 maio 2019.

DW. Senado da Polônia aprova polêmica lei sobre Holocausto. **DW**, 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/senado-da-pol%C3%B4nia-aprova-pol%C3%AAmica-lei-sobre-holocausto/a-42397146>. Acesso em: 24 jun. 2019.

ECO, U. **O fascismo eterno.** Rio de Janeiro: Record, 2018. 63 p.

FOLHA DE S.PAULO. Limites a Chávez. **Folha de S.Paulo**, 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>. Acesso em: 25 jun. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Medo da violência e apoio ao autoritarismo no Brasil. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2017. Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/04/FBSP\\_indice\\_propensao\\_apoio\\_posicoes\\_autoritarios\\_2017\\_relatorio.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/04/FBSP_indice_propensao_apoio_posicoes_autoritarios_2017_relatorio.pdf). Acesso em: 25 jun. 2019.

GONZO, A. O profeta do fim da União Soviética é “comunista” para os fãs de Bolsonaro. **Vice**, 2018. Disponível em: [https://www.vice.com/pt\\_br/article/598qax/o-profeta-do-fim-da-uniao-sovietica-e-comunista-para-os-fas-de-bolsonaro](https://www.vice.com/pt_br/article/598qax/o-profeta-do-fim-da-uniao-sovietica-e-comunista-para-os-fas-de-bolsonaro). Acesso em: 25 jun. 2019.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA., 1990. 197 p.

HORTA, M. Mito: os militares impediram um golpe comunista em 1964. **Superinteressante**, 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/mito-os-militares-impediram-um-golpe-comunista-em-1964/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

ILLING, S. How fascism works. **Vox**, 2018. Disponível em: <https://www.vox.com/2018/9/19/17847110/how-fascism-works-donald-trump-jason-stanley>. Acesso em: 25 jun. 2019.

KARNAL, L. **Todos contra todos.** Rio de Janeiro: Leya, 2017. 136 p.

LICHTERBECK, P. Brasil, um país do passado. **DW**, 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-um-pa%C3%ADs-do-passado/a-46477566>. Acesso em: 25 fev. 2019.

MOLICA, F. Escola católica do Rio censura livro acusado de ser de esquerda. **Veja**, 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/escola-catolica-do-rio-censura-livro-acusado-de-ser-de-esquerda/>. Acesso em: 25 fev. 2019.

MONGE, Y. Trump sobre relatório climático do seu Governo: “Não acredito”. **El País Brasil**, 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/internacional/1543283242\\_634443.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/internacional/1543283242_634443.html). Acesso em: 24 jun. 2019.

MORAES, D. **Crítica da mídia e hegemonia cultural.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. 293 p.

CALDEIRA NETO, O. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. **Antíteses**, Londrina, v. 2, n. 4, p. 1097-1123, jul./dez./2009.

O ESTADO DE S.PAULO. Livros didáticos devem revisar referências à ditadura militar, diz

Vélez a jornal. **O Estado de S.Paulo**, 2019. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,livros-didaticos-devem-revisar-referencias-a-ditadura-militar-diz-velez-a-jornal,70002778683>. Acesso em: 14 jun. 2019.

PASSOS, J. (org.). **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 323 p.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989.

QUEIROGA, L. Embaixada da Alemanha explica o nazismo e é contestada por brasileiros. **O Globo**, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/embaixada-da-alemanha-explica-nazismo-e-contestada-por-brasileiros-2-23074988>. Acesso em: 25 jun. 2019.

RIEMEN, R. **O eterno retorno do fascismo**. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2012. 78 p.

ROSSI, M. Fremdschämen, a constrangedora 'aula' sobre nazismo dos brasileiros aos alemães. **El País**, 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/13/politica/1536853605\\_958656.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/13/politica/1536853605_958656.html). Acesso em: 25 jun. 2019.

SÁ, N. The Economist sai em defesa do liberalismo e vira The Communist. **Folha de S.Paulo**, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelsondesa/2018/09/the-economist-sai-em-defesa-do-liberalismo-e-vira-the-communist.shtml>. Acesso em: 25 jun. 2019.

SARLO, B. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. 129 p.

SELIGMANN-SILVA, M. **História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. 558 p.

SOARES, J.; MAIA, G. Bolsonaro determina que militares celebrem golpe de 64. **O Globo**, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-determina-que-militares-celebrem-golpe-de-64-23549592>. Acesso em: 14 jun. 2019.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo: a política do "nós" e "eles"**. Porto Alegre: L&PM, 2018. 208 p.

TAJRA, A. Queda de homicídios não se deve a ações de Bolsonaro, dizem analistas. **UOL**, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/06/15/por-que-o-numero-de-homicidios-caiu-no-brasil-quatro-especialistas-opinam.htm>. Acesso em: 26 jun. 2019.

TOCQUEVILLE, A. de. **Democracy in America**. The Pennsylvania State University: State College, 2002. 833 p.

VIDAL-NAQUET, P. **O revisionismo na história: os assassinos da memória**. Campinas: Papirus, 1988. 215 p.

WOLF, M. The age of the elected despot is here. **The Financial Times**, 2019. Disponível em: <https://www.ft.com/content/9198533e-6521-11e9-a79d-04f350474d62>. Acesso em: 26 jun. 2019.

#### **EL GOLPE DEL GOLPE: LA ASCENSIÓN DEL REVISIONISMO DE LA DICTADURA MILITAR BRASILEÑA**

**RESUMEN:** En las elecciones de 2018, por primera vez desde la redemocratización brasileña, un candidato abiertamente revisionista fue elegido presidente. Este artículo tiene como objetivo discutir la ascensión del revisionismo en Brasil, el resultado del resurgimiento del ur-fascismo y de la fragilidad democrática global, de la impunidad de los perpetradores con la Ley de Amnistía y la consiguiente fragilidad de la historia. Se debatirá la oposición entre la memoria individual, la memoria colectiva y la historia, utilizando ideas de pensadores como Sarlo, Pollak, Vidal-Naquet y Halbwachs, con la intención de ilustrar cómo una historia frágil es en parte responsable por el crecimiento de un movimiento que la cuestiona y la mutila.

**PALABRAS CLAVE:** Revisionismo; Dictadura militar; Memoria.